

**HABEAS CORPUS Nº 456.398 - MG (2018/0156806-1)**

**RELATOR : MINISTRO JOEL ILAN PACIORNIK**  
**IMPETRANTE : GIULIANO MARTINS MEDEIROS**  
**ADVOGADO : GIULIANO MARTINS MEDEIROS - MG136792**  
**IMPETRADO : TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MINAS GERAIS**  
**PACIENTE : WELLINGTON FONSECA ROQUETE (PRESO)**

**DECISÃO**

Cuida-se de *habeas corpus* substitutivo de recurso próprio, com pedido de liminar, impetrado em benefício de WELLINGTON FONSECA ROQUETE contra acórdão proferido pelo Tribunal de Justiça do Estado de Minas Gerais no julgamento do HC n. 1.0000.18.033341-1/000.

Extraí-se dos autos que o paciente foi preso em flagrante em 17/3/2018 pela suposta prática dos delitos tipificados nos arts. 33 e 35, ambos da Lei n. 11.343/2006 (tráfico de entorpecentes e associação para o tráfico). Referida custódia foi convertida em prisão preventiva.

Irresignada, a defesa impetrou *habeas corpus* perante o Tribunal de origem, o qual denegou a ordem em acórdão assim ementado:

*HABEAS CORPUS – TRÁFICO DE DROGAS – ASSOCIAÇÃO PARA O TRÁFICO – NEGATIVA DE AUTORIA – VIA IMPRÓPRIA – PRISÃO PREVENTIVA – DECISÃO FUNDAMENTADA – GARANTIA DA ORDEM PÚBLICA – GRANDE QUANTIDADE DE DROGA – EXPECTATIVA DE PENA MAIS BRANDA – INVIABILIDADE – PRINCÍPIO DA PRESUNÇÃO DE INOCÊNCIA – CONDIÇÕES SUBJETIVAS FAVORÁVEIS – IRRELEVÂNCIA – CONSTRANGIMENTO ILEGAL NÃO CARACTERIZADO.*

*- A estreita via do Habeas Corpus não se mostra como meio adequado para discutir negativa de autoria.*

*- Se a decisão que decretou a prisão preventiva faz referência à situação fático-jurídica que motiva a custódia cautelar do paciente e encontra-se devidamente amparada no fumus commissi delicti e periculum libertatis, este consubstanciado pela garantia da ordem pública - significativa quantidade de droga -, fundamentada está, o tanto quanto necessário, à luz da Constituição da República.*

*- Inviável conceder liberdade, in casu, com base na expectativa de pena futura, uma vez que não há como antever, neste momento, quais seriam os limites da provável sentença condenatória.*

*- Inexiste, nas hipóteses da prisão preventiva, prejuízo ao*

*Princípio da Presunção de Inocência, quando presentes os requisitos autorizadores da medida cautelar.*

*- Somente condições subjetivas favoráveis não permitem a revogação do decreto da prisão preventiva (fl. 31).*

No presente *mandamus*, alega que não teria sido comprovada a participação do paciente nas condutas que lhe são imputadas.

Sustenta ausência dos requisitos autorizadores da custódia cautelar previstos no art. 312 do Código de Processo Penal - CPP.

Ressalta as condições pessoais favoráveis do réu.

Argumenta que, em caso de condenação, haverá incidência da causa de diminuição de pena do art. 33, § 4º, da Lei 11.343/2006, fazendo jus ao regime inicial aberto e à pena restritiva de direitos. Desse modo, pondera que a manutenção da prisão cautelar seria desproporcional.

Requer, em liminar e no mérito, a expedição de alvará de soltura em favor do paciente.

Indeferida a liminar (fls. 350/352) e prestadas informações (fls. 692/701 e 703/850), o Ministério Público Federal opinou pelo não conhecimento do *writ* (fls. 854).

É o relatório.

Decido.

O *writ* está prejudicado.

Isso porque, em consulta ao sistema informatizado do Tribunal de origem constatou-se que, no dia 7/12/2018, nos autos da Ação Penal n. 0001955-50.2018.8.13.0470, foi proferida sentença absolvendo o paciente, tendo sido expedido alvará de soltura em seu favor.

Assim, não há como negar a perda superveniente do objeto deste *habeas corpus*, tendo em vista ter cessado as circunstâncias determinantes da impetração.

Ante o exposto, com fulcro no art. 34, XI, do Regimento Interno do Superior Tribunal de Justiça, julgo prejudicado o presente *habeas corpus*.

Publique-se.

Intimações necessárias.

Brasília, 15 de fevereiro de 2019.

MINISTRO JOEL ILAN PACIORNIK

Relator

